

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº AVULSO

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 06 DE MAIO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

Proposta de Emenda Constitucional:

PROPOSTA DE EMENDA SUPRESSIVA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

Artigo Único - Fica suprimido o parágrafo 5º do artigo 85 da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.05.2002.

(a) NEREU MOURA

Apoiamento:

Orlando Pessuti, Luiz Carlos Zuk, Ângelo Vanhoni, Luciana Rafagnin, Neivo Beraldin, Edson Strapasson, Hermes Fonseca, Cezar Silvestri, Marcos Isfer, Renato Gaúcho, Ademir Bier, Pastor Edson Praczyk, Augustinho Zucchi, Eli Ghellere, Waldyr Pugliesi, José Maria Ferreira, Ricardo Chab, Irineu Colombo.

JUSTIFICATIVA:

A medida aqui proposta objetiva corrigir grave distorção existente no ordenamento constitucional paranaense.

Desnecessário dizer do abusivo privilégio que a disposição constitucional que ora se pretende revogar alberga em seu conteúdo.

Como justificar a concessão de uma aposentadoria, a título de representação, ao governador do Estado, pelo exercício de apenas quatro anos de mandato? Sendo equiparada, ainda, aos subsídios dos desembargadores do Tribunal de Justiça, que constituem um dos mais altos do Estado. Ressalte-se que estes, ao se aposentarem dedicaram uma vida aos serviços da magistratura paranaense e não apenas quatro anos, como é o caso dos governadores.

Considerando também que o servidor comum necessita de 35 anos de trabalho e de efetiva contribuição

para se aposentar com proventos integrais, como interpretar o princípio da igualdade expresso no artigo 5º, da Constituição Federal?

Não resta dúvida que o questionado parágrafo 5º, do artigo 85 da Constituição Estadual, além de conflitar com o citado princípio da lei Magna, constitui-se em flagrante e afrontosa injustiça aos demais trabalhadores da Administração.

Diante de tais circunstâncias, a medida, embora revestida de caráter legal, é no mínimo imoral, devendo ser expurgada do texto constitucional até para preservação do princípio da moralidade administrativa e garantia dos superiores interesses públicos.

Além do mais, como explicar a regalia atribuída apenas ao governador, que mantém mandato eletivo de apenas quatro anos, ou até menos, se os demais detentores de mandatos também eletivos, a exemplos dos parlamentares, mesmo exercendo várias legislaturas, não dispõem de tal privilégio?

O momento político brasileiro vem impondo profundas modificações no comportamento de suas bases estruturais, com vistas à moralidade e resgate da dignidade da função pública, em todos os níveis. Essas as razões que nos induzem a propor o expurgo de tamanha aberração, do texto constitucional paranaense.

Apenas para reforçar a tese proposta, vale citar a adoção de medida similar, pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro que, através da Emenda Constitucional nº 64/2002, veda a concessão de pensão a governadores e ex-governadores em decorrência do mandato que exerçam ou exerceram.

Por todo o exposto e, ainda, por julgar a medida ora proposta oportuna e revestida do mais alto senso de justiça, solicitamos aos nobres pares o necessário apoio e conseqüente aprovação.